
Formação dos professores para o trabalho concreto – problemas de delimitação teórica

Training of teachers for concrete work – theoretical delimitation problems

Elza Margarida de Mendonça Peixoto
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Salvador-Brasil

Resumo

Neste artigo, reconhece-se generalizações sobre o ser professor como abstrações insuficientes para o apanhar das múltiplas determinações do trabalho educativo, na diversidade de condições existentes na formação social brasileira que se desenvolve dependente e determinada pelas relações de produção capitalistas em fase de financeirização. Defende-se que os desafios para uma formação da consciência do professor em correspondência às realidades do trabalho pedagógico na diversidade em que se move na formação social brasileira exigem a retomada do método da economia política. Neste artigo, realiza-se a exposição da revisão teórica do problema nas obras de Marx, Engels e Barata-Moura, com a finalidade de precisão teórico-conceitual dessas categorias e de sua operação nos processos de formação de professores.

Palavras-chave: Professores; Formação; Trabalho-Concreto.

Resumen

El artículo reconoce generalizaciones sobre el ser docente como abstracciones insuficientes para captar las múltiples determinaciones del trabajo educativo, en la diversidad de condiciones existentes en la formación social brasileña que se desarrolla dependiente y determinada por relaciones de producción capitalistas en fase de financiarización. Se defiende que desafíos para una formación de la conciencia del profesor con correspondencia a las realidades del trabajo pedagógico en la diversidad en que se mueve en la formación social brasileña, requiere la reanudación del método de la economía política, en particular, con respecto a (i) la primera determinación de una realidad que existe fuera de nuestra conciencia por conocer, (i) y el método de conocimiento de esta realidad basado en lo concreto como síntesis de múltiples determinaciones. En este artículo, se realiza la exposición de la revisión teórica del problema en las obras de Marx, Engels y Barata-Moura con el propósito de precisar teórico conceptual de estas categorías y su funcionamiento en los procesos de formación docente.

Palabras Clave: Docentes; Capacitación; Trabajo-Concreto.

Introdução

Em um posicionamento de síntese acerca das tarefas fundamentais da educação, da escola e do professor, Dermeval Saviani (2008, p. 11-13) afirmou (a) que a educação é “[...] uma exigência do e para o processo de trabalho”, sendo “[...] ela própria um processo de trabalho”, (b) que o trabalho educativo “[...] é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto” dos seres humanos e (c) que o objeto da educação é a “[...] identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos” assim como “[...] a descoberta das formas mais adequadas para atingir este objetivo”. Essa tese que se posiciona em relação ao lugar da educação na ontologia humana, e trabalha para defender a relevância social do sistema nacional de educação, da escola e do professor, está assentada em dois importantíssimos fundamentos do materialismo dialético.

O primeiro deles, na constatação do trabalho como atividade vital humana, ou seja, uma atividade da qual a humanidade não pode se desprender, constituindo-se em exigência continuada e histórica, que, em face do desenvolvimento de forças produtivas pela humanidade, de tempos em tempos, passa por profundas transformações, que empurram massas de seres humanos para fora das relações trabalhistas rumo a novas colocações ou à própria sorte (Marx, 1989a, 1989b; Engels, 2018). O segundo, no fundamento desenvolvido pela psicologia sócio-histórica de que não nascemos humanos, mas nos tornamos humanos ao nos apropriarmos das referências para viver e realizar o trabalho em todas as formas necessárias à preservação da existência humana em um determinado tempo histórico.

À medida que passamos “[...] por um processo de apropriação da cultura criada pelas gerações precedentes”, “[...] cada indivíduo aprende a ser humano” (Leontiev, 2004, p. 285); isso face à constatação de que a natureza não nos basta. Para viver em sociedade carecemos “[...] adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana” (Leontiev, 2004, p. 285). Nesses processos de desenvolvimento e transformação da natureza ocorre nosso próprio desenvolvimento, que vai nos afastando das determinações biológicas e possibilitando constituirmos e constituirmo-nos nas complexas determinações sócio-históricas.

Se essa importante tese contribui para o desenvolvimento do debate no âmbito das ciências humanas e da educação, ao reconhecer a natureza e a especificidade genérica da educação, se ela é fundamental para recuperar a especificidade da educação no caótico

arcabouço de proposições que se deslocam no interior dos discursos da pós-modernidade, se ela é fundamental para definir o caráter mais geral daquilo que é a tarefa dos professores no processo da formação humana, ela, entretanto, não basta, quando se trata de reconhecer, entre as múltiplas determinações do trabalho educativo: (i) as necessárias particularidades das formas concretas em que ele se efetiva na diversidade de condições realmente existentes na formação social brasileira que se desenvolve dependente e determinada pelas relações de produção capitalistas em sua fase financeirizada, assim como (ii) os desafios que daí decorrem para uma formação que corresponda às realidades do trabalho pedagógico em tamanha diversidade.

Quando está em questão o mapeamento dos desafios para a formação de professores, opera a necessidade objetiva de buscar “[...] as causas últimas de todas as transformações sociais e revolucionamentos políticos” (Engels, 2018, p. 78) que nos desafiam no processo de (re)pensar a formação de professores. Entretanto, não se trata de procurar as saídas “[...] nas cabeças dos homens, na sua progressiva inteligência da verdade e da justiça eternas” (Engels, 2018, p. 78); a verdade acerca dos desafios para a formação dos professores deve ser procurada “[...] nas transformações do modo de produção e de troca; são de procurar, não na *filosofia*, mas na *economia* da época em questão” (Engels, 2018, p. 78), no nosso caso, na economia vigente na formação social brasileira. Para além da delimitação abstrata daquilo que é o cerne do trabalho dos professores, trata-se do desafio de reconhecer as formas concretas como ele se processa.

É mais uma vez o problema da correspondência entre a consciência e a realidade objetiva na qual os professores são chamados a operar, e que desafia os que promovem a formação. Esse desafio exige a definição do caminho para o apanhar da realidade concreta em suas múltiplas determinações, o que, nos termos do materialismo dialético, exige uma adequada compreensão daquilo que é esse “concreto” cujo conhecimento estamos desafiados a empreender. Neste artigo, dedicamo-nos à revisão dessas categorias na forma como Marx as expõe desde a “Introdução”, de 1859 (Marx, 2011), apanhada e discutida por Barata-Moura (1994; 2016; 2018).

Abstrato e concreto na dialética materialista pensada por Marx

A referência ao “abstrato” e ao “concreto” atravessa a obra de Marx. Em *Contribuição à crítica da economia política*, referindo-se aos caminhos que possibilitam o conhecimento

científico na produção das teorias acerca da economia política, encontramos-lo pensando, a partir dessas categorias, sobre os processos para chegar ao conhecimento do todo. Ainda que Marx tenha optado por deixar de lado a introdução que define o método da economia política, priorizando a necessidade de “demonstrar em primeiro lugar” (Marx, 2011, p. 3), vale – para o que nos interessa demonstrar, referente ao percurso do conhecimento, conforme Marx o pensa – reproduzir a longa citação que transcreve uma parte daquele movimento:

Parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, numa observação atenta, apercebemo-nos de que há um erro. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc (Marx, 2011, p. 247).

No processo muito peculiar de crítica que vai desenvolvendo, no qual o método até então adotado pela economia política inglesa é apontado em seus limites, ele dirá que a observação atenta daquele método permitirá perceber o erro de desprezar as múltiplas determinações que se movem no interior de uma dada categoria mais geral como “população”. Parecia que estavam partindo do real, do concreto, mas estavam na verdade cometendo o erro de desprezar a diversidade de relações que estão contidas na categoria população. Reflete Marx:

A primeira via foi a que, historicamente, a economia política adotou ao seu nascimento. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre por uma totalidade viva: população, Nação, Estado, diversos Estados; mas acabam sempre por formular, através da análise, algumas relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. A partir do momento em que estes fatos isolados foram mais ou menos fixados e teoricamente formulados, surgiram sistemas econômicos que, partindo de noções simples tais como o trabalho, a divisão do trabalho, a necessidade, o valor de troca, se elevaram até o Estado, as trocas internacionais e o mercado mundial (Marx, 2011, p. 247).

O método cientificamente correto, entretanto, exige um processo de análise, no qual nos afastamos de uma visão caótica do todo:

O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc. não é nada. Assim, se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas. [...] Este segundo método é evidentemente o método científico correto (Marx, 2011, p. 247).

É aqui, no diálogo crítico com a dialética hegeliana, que Marx expõe a complexidade do movimento de análise e procura pelas múltiplas determinações, movimento no qual assomam os processos de elaborações provisórias destacadas do real (por isso, abstratas) e concreto (que remete ao todo):

O concreto é concreto por ser a *síntese de múltiplas determinações*, logo, unidade na diversidade. É por isso que ele é *para o pensamento um processo de síntese*, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o *verdadeiro ponto de partida* e, portanto, igualmente o *ponto de partida da observação imediata e da representação* (Marx, 2011, p. 248).

No processo de apreensão do real pelo pensamento:

O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento. [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento, precisamente, a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual. Mas este não é de modo nenhum o processo de gênese do próprio concreto (Marx, 2011, p. 248).

O limite de Hegel aparece para Marx cristalino, por esta razão afirma que: “Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento, que se concentra em si mesmo e se movimenta por si mesmo” (Marx, 2011, p. 248). Explica Marx:

Para a consciência – e a consciência filosófica considera que o pensamento que concebe constitui o homem real e, por conseguinte, o mundo só é real quando concebido – portanto, o movimento das categorias surge como ato de produção real – que recebe um simples impulso do exterior, o que é lamentado – cujo resultado é o mundo; e isto (mas trata-se ainda de uma tautologia) é exato na medida em que a totalidade concreta enquanto totalidade-de-pensamento, enquanto concreto-de-pensamento, é de fato um produto do pensamento, da atividade de conceber; ele não é, pois, de forma alguma o produto do conceito que engendra a si próprio, que pensa exterior e superiormente à observação imediata e da representação, mas um produto da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação. O todo, na forma em que aparece no espírito como todo de pensamento, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, de um modo que difere da apropriação desse mundo pela arte, pela religião, pelo espírito prático. Antes como depois, o objeto real conserva a sua independência fora do espírito; e isso durante o tempo em que o espírito tiver uma atividade meramente especulativa, meramente teórica. Por consequência, também no emprego do método teórico é necessário que o objeto, a sociedade, esteja constantemente presente no espírito como dado primeiro (Marx, 2011, p. 248-249).

A passagem que aqui discutimos, traduzida e comentada por Barata-Moura (2016, p. 334), assoma, de forma mais evidente, os problemas que o pensar carrega, referentes a trazer para a consciência um anterior e exterior que é necessário reconhecer, simultaneamente, em sua existência exterior e anterior à consciência, e em sua imensa complexidade:

O concreto [*das Konkrete*] é concreto, porque é reunião [*Zusammenfassung*] de muitas determinações [*vieler Bestimmungen*] – portanto, [ele é] unidade do diverso [*Einheit des Mannigfaltigen*]. No pensar, ele [o concreto] aparece, pois, como processo da reunião, como resultado, não como ponto de partida [*Ausgangspunkt*], apesar de ele ser o ponto de partida [efetivamente] real, e, por conseguinte, também o ponto de partida da intuição e da representação. [...] o método de subir do abstracto ao concreto” – isto é, *dos diferentes aspectos singulares detectados ao todo que formam* – “[...] é, para o pensar, apenas a maneira de se apropriar [*aneignen*] do concreto, de o reproduzir como um espiritualmente concreto. De modo nenhum [é,] porém, o processo de gênese [*der Entstehungsprozess*] do próprio concreto” – fundamentalmente, porque, na sua materialidade, e não apenas na sua reconstrução subjetiva num saber que dela dá conta, *o ser é concreto* (Barata-Moura, 2016, p. 334, grifos do autor).

Explicando o que este movimento de pensamento de Marx revela, em termos do processo do conhecimento, uma relação ativa do sujeito do conhecer em direção ao objeto a conhecer, explica-nos Barata-Moura:

O *universal* funciona, sem dúvida, de modo *abstrato* – quando, e sempre que, é separado, desligado, cindido, daquela multiplicidade contraditória e deveniente que na sua imanência mesma reflecte.

Mas o universal – mesmo na sua condição de conceito – também pode ser *concreto*: quando *resulta do, e acolhe o, pensar que opera a mediação de tudo aquilo, de todas as determinações, que na realidade materialmente encerra* (Barata-Moura, 2016, p. 333, grifos do autor).

Um conceito pode efetivamente tornar-se concreto quando resulta de um pensar que, por análise, apanhou as múltiplas determinações que uma dada realidade materialmente encerra. Refletiu-se a realidade no pensamento, como um concreto pensado. O pensar, por análise, apanhou as múltiplas determinações do real, operou as mediações de todas aquelas determinações, refletidas em totalidade na consciência, como concreto pensado.

Nesse processo de apropriar o real pelo pensamento, realizamos um movimento de análise que demanda o fracionamento do real, mas sob nenhuma hipótese o real passa a existir de acordo com aquele fracionamento que a consciência produziu no processo de reconhecer as múltiplas determinações do real. Esse real, esse concreto exterior à consciência, a ser refletido na consciência que procura apreendê-lo, é explicado tal como existe, independente do fracionar que nele operamos para conhecê-lo:

O real é – material e dialecticamente – *concreto*.

O real não se desfaz numa rapsódia manca de segmentos múltiplos, que, numa insularidade desgarrada de instantes e de instanciações, se fixam, e desarticuladamente justapõem.

O real assume *outra natureza*. Com-põe um *todo*, e dispõe de “*conexão interna*” (*inner Zusammenhang*) – dimensões que, justamente, *ao saber* importa desocultar, e pôr em exame.

Este *concreto* encontra-se, porém, *organizado* nessa *totalidade* que constitui – mesmo quando a sua estruturação é lábil, mesmo se os equilíbrios que apresenta são instáveis, mesmo quando a “*ordem*” (aparente, ou invocada) não passa de um

resultado provisório de várias “desordens” em tensão” (BARATA-MOURA, 2016, p. 335-336, grifos do autor).

É justamente aqui que nos assombra o desafio do conhecimento: o real “com-põe um todo” que “dispõe de conexão interna”, cujas “dimensões” carecemos “desocultar”. No esforço do conhecer, é imprescindível que o processo da análise não apague o necessário retorno a essa totalidade anterior e exterior ao movimento do pensamento.

Em *O desenvolvimento do socialismo da utopia à ciência* (Engels, 2018, p. 68-77), ao recuperar os processos históricos de investigação que possibilitaram o desenvolvimento da dialética materialista, Engels afirma, a certa altura, em crítica à “maneira de ver metafísica”:

[...] em extensos domínios, segundo a natureza do objeto, esbarra sempre, mais cedo ou mais tarde, numa barreira para lá da qual se torna unilateral, estreita, abstracta, e se perde em contradições insolúveis, porque nas coisas soladas esquece a conexão delas, no ser delas esquece o seu devir e perecer, no repouso delas esquece o seu movimento, porque as meras árvores não lhe deixam ver a floresta (Engels, 2018, p. 71).

O processo do conhecimento exige abstrações. Mas esse movimento não pode descurar do necessário retorno à totalidade das realidades que almejamos conhecer. Nesse processo, é fundamental apreender aquela noção de abstrato e concreto à qual a “Introdução”, de 1859, de Marx se remete. Barata-Moura (2016, p. 336-343), justamente, trabalha para aclarar os nexos entre as categorias “abstrato” e “concreto” no processo de captação da realidade pelo pensamento, afirmando o sentido em que “a verdade é sempre concreta”:

As categorias – enquanto ferramentas do pensamento – relevam da ordem do *abstracto*, na medida em que denotam uma universalidade (ou generalidade) que reúne, e unifica, um múltiplo determinado na sua articulação.

No entanto, como vimos, em termos de dialética materialista, é imprescindível que elas sejam a expressão *abstracta* – designadamente, no plano do conhecimento – de uma *multiplicidade* que é *concreta*, no teor próprio de sua devenida: [...].

Neste marco, a *abstracção* é um dispositivo teórico de *separação* – a partir de um concreto de determinações –, e de *apuramento*, de um conjunto de traços comuns ao múltiplo que lhe identificam uma unidade (pensada) de que materialmente dispõe (Barata-Moura, 2016, p. 336-337, grifos do autor).

A abstracção é um exercício metódico do sujeito do conhecer no processo de apropriar-se do materialmente existente e exterior à consciência. No plano do conhecimento, a abstracção é um passo de um processo, “[...] um dispositivo teórico de *separação* – a partir de um concreto de determinações – e de *apuramento*, de um conjunto de traços comuns ao

múltiplo que lhe identificam uma unidade pensada de que materialmente dispõe” (Barata-Moura, 2016, p. 337, grifos do autor). É por essa razão que é necessário cuidar da especificidade de cada unidade que viabiliza a possibilidade do concreto pensado como totalidade:

Ao nível do saber, *abstrair* de alguma coisa significa não a considerar; enquanto *abstrair alguma coisa* corresponde a reter, e a fixar, apenas *alguma determinação, ou algumas das determinações*, de que se reveste (deixando de lado as demais). Em contrapartida, sabemos *concretamente* de algo, quando somos capazes de dar conta da *totalidade* das determinações que o fazem ser aquilo que é (Barata-Moura, 2016, p. 339, grifos do autor).

Nesse exercício do conhecer, o abstrair exige não perder de vista, simultaneamente, o concreto como realidade exterior e possibilidade do processo do pensamento. Nesse sentido, Barata-Moura (2016, p. 336-343) recupera na crítica de Marx e Engels a Hegel, exposta em *A sagrada família* (Marx; Engels, 2003, p. 72-73), este processo em que Hegel erige ontologicamente “[...] a ‘abstração’, alcançada como um dispositivo teórico de separação, em ‘sujeito’ real”. A seguir, o fragmento da obra de Barata-Moura em que ele traduz e comenta a passagem acima referida:

[...] Nomeadamente, trata-se do procedimento criticado nas construções à maneira de Hegel empreendidas, que hipostasiam “a Ideia”, e que convertem a materialidade histórica do ser numa sua mera “fenomenalização”:
“Quando eu, a partir das maçãs, peras, morangos, amêndoas, [efetivamente] reais, me formo a representação geral ‘Fruto’, quando prossigo e me *imagino* que a minha representação abstracta: ‘o Fruto’, obtida a partir dos frutos [efectivamente] reais, seria uma entidade existente fora de mim [*ein außer mir existierendes Wesen*], e mesmo a essência *verdadeira* [*das wahre Wesen*], da pêra, da maçã, etc., eu declaro – expresso de um modo *especulativo* – ‘o Fruto’ como a ‘substância [Substanz]’ da pêra, da maçã, da amêndoa, etc. Eu digo, portanto, que à pêra é inessencial ser pêra, que à maçã é inessencial ser maçã. O essencial nestas coisas não seria a sua existência [efectivamente] real, sensivelmente intuível, mas a essência por mim delas abstraída, e por baixo delas [por mim] colocada [*untergeschoben*]: a essência da minha representação, ‘o Fruto’. Eu declaro, então, a maçã, a pêra, a amêndoa, etc., como meras maneiras de existência [*Existenzweisen*], [como] *modos* [*Modi*], de ‘o Fruto’. O meu entendimento finito, apoiado pelos sentidos, *diferencia*, sem dúvida, uma maçã de uma pêra, e uma pêra de uma amêndoa, mas a minha razão *especulativa* [*meine spekulative Vernunft*] declara esta diversidade sensível como inessencial e indiferente [*gleichgültig*]. Ela vê na maçã o *mesmo* do que na pêra, e na pêra [vê] o *mesmo* do que na amêndoa, a saber: ‘o Fruto’. Os frutos particulares [efectivamente] reais passam apenas por ser frutos *aparentes* [*Scheinfrüchte*], cuja verdadeira essência é ‘a substância’: ‘o Fruto’” (Marx; Engels *apud* Barata-Moura, 2016, p. 338, grifos do autor).

Na crítica superadora que Marx faz aos limites do idealismo alemão, o desvio fundamental do processo do conhecimento a que o materialismo dialético procura responder é exposto:

E este é, na verdade, o *desafio* que ao pensar, e à ciência, em geral, se encontra colocado como interpelação incontornável – recorrer a formulações *universais* que, no entanto, não dispensam o conhecimento (pormenorizado, e *mediado*) das determinações e dos processos que até elas conduzem, e de que elas constituem, por assim dizer, um *condensado*.

[...] Um saber real é um laborioso processo de pesquisa, e de apropriação pensante, das concreções reais em desenvolvimento (Barata-Moura, 2016, p. 333, grifos do autor).

No sentido do almejar uma dialética consequente, em que Marx e Engels procuram a verdade como um englobar de uma “[...] uma *totalidade* de determinações, colhidas na sua multiplicidade sincrónica e na unidade das suas diacronias” (Barata-Moura, 2016, p. 341):

[...] O *real* – não apenas na amplitude máxima do seu conjunto, mas também nos seus diferentes patamares de realização determinada – constitui [...] um imbricado processo de deveniências materiais em continuado movimento endógeno de refiguração.

No plano subjectivo do saber, portanto, é manifesto que aquela *verdade* que desse real se proponha dar adequadamente conta não pode, em rigor, enclausurar-se na *imediatez* de uma sua retratação em formato de protocolo vertida [...]

Numa perspectiva *dialética* consequente, o *verdadeiro* tem que englobar, por isso, uma *totalidade* de determinações, colhidas na sua multiplicidade sincrónica e na unidade das suas diacronias.

A verdade do que quer que seja, a que alguma concreção não faleça, nunca é meramente algo de “simples”, e de “inerte”, do qual por princípio inconcusso (ou por regra instituída) a *contradição* se encontrasse arredada, como se, *no próprio real*, ela não tivesse o seu sítio primeiro de moradia e a sua arena de exercícios.

[...]

Por muito que ao “senso comum” – retido nas malhas da trivial positividade do “coisificado” – custe, a *verdade* de aquilo que é não se decide na fixidez de um instante, nem no seriado (sem nexos internos atendidos) de segmentações alinhadas. Remete para uma totalidade deveniente de determinações múltiplas (e até contraditórias), na unidade convulsa do seu des-dobramento (BARATA-MOURA, 2016, p. 340-341, grifos do autor).

O caminho para a verdade exige que reconheçamos que esta “[...] não se decide na fixidez de um instante, nem no seriado (sem nexos internos atendidos) de segmentações alinhadas” (Barata-Moura, 2016, p. 341). A procura da verdade, em termos da dialética materialista, exige “[...] uma totalidade deveniente de determinações múltiplas (e até contraditórias), na unidade convulsa do seu des-dobramento” (Barata-Moura, 2016, p. 341).

A referência a esta totalidade histórica é retomada, recordando-se a determinação material do existente sobre os estágios de desenvolvimento da consciência, que Marx e Engels pontuam desde *A ideologia alemã* (Marx; Engels, 2007), passando por Ludwig Feuerbach e a saída da filosofia alemã clássica (ENGELS, 2019) e que se explicita, em síntese, em *O Capital* (Marx, 1989b):

Em todas as formas históricas de sociedade há, por isso, um modo de *produção* determinado que enforma, e configura, a matriz fundamental que preside à instauração e ao desenvolvimento das diferentes *relações sociais* – definindo *até* o “posto” (*Rang*) e a “influência” (*Einfluß*) que outros modos de produção (herdados do passado, ou a um futuro nascentes) nela possam ocupar e exercer.

Na “sociedade burguesa” (*bürgerliche Gesellschaft*), “o capital” (*das Capital*) constitui “o poder econômico que tudo domina” (*die alles beherrschende ökonomische Macht*) – e, por consequência, é precisamente em torno dele, e por referência a ele, que o funcionamento concreto das coletividades em que exerce o seu império tem que ser compreendido, e perspectivado.

[...]

A obra que leva por título *Das Kapital* [...] sob o signo deste emblema, ela *visa*, enunciar um *universal concreto*, e enunciar toda aquela *mediação* (investigada, fundamentada e pensante) que é necessário levar a cabo (Barata-Moura, 2016, p. 336, grifos do autor).

Até aqui, procuramos retomar o caminho do conhecimento proposto pela dialética abordada em perspectiva materialista, no qual a abstração assoma como dispositivo “[...] teórico de separação – a partir de um concreto de determinações –, e de apuramento, de um conjunto de traços comuns ao múltiplo que lhe identificam uma unidade (pensada) de que materialmente dispõe” (Barata-Moura, 2016, p. 336-337). Abstrair é parte de um processo que visa a transposição do concreto como concreto pensado.

Interessa-nos agora recuperar, no exercício de Marx de análise acerca da centralidade do trabalho nas relações de produção capitalistas, a totalidade (conjuntural) na qual se inscreve a forma particular, concreta, do trabalho dos professores, de produção de um determinado valor de uso.

Trabalho concreto e trabalho abstrato

Passemos agora ao estudo da distinção operada por Marx entre “trabalho abstrato” e “trabalho concreto” (Marx, 1989b, p. 44-45). O primeiro refere-se à “[...] massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi despendida”, o trabalho produtor de valor. No Livro I, Volume II, Marx abre o capítulo XIV afirmando que no capítulo V estudou “[...] o processo de trabalho em abstrato, independente de suas formas históricas” (Marx, 1989c, p. 583). Dessa forma, o trabalho abstrato “[...] denota uma universalidade (ou generalidade) que reúne, e unifica, um múltiplo determinado na sua articulação” (Barata-Moura, 2016, p. 336), que consiste no fato de ser produtor de valor. Opera, aqui, exatamente, “[...] reter, e a fixar, apenas alguma determinação, ou algumas das determinações, de que se reveste (deixando de lado as demais)” (Barata-Moura, 2016, p. 339).

Esse movimento analítico do pensamento no exercício de captar as múltiplas determinações do processo de trabalho em relação de produção capitalistas é particularmente interessante quando o vemos realizado por Marx (1989b, p. 42-48), ao argumentar e expor as múltiplas determinações da mercadoria, entre as quais movimentam-se valor-de-uso e valor como relações que se estabelecem entre os produtores por meio das coisas que trocam entre si. Em primeiro lugar, as mercadorias são coisas com propriedades materiais muito concretas que as tornam úteis. Há aqui um movimento de abstração daquilo que é a mercadoria: uma coisa. Mas esta coisa é imediatamente devolvida às relações nas quais são produzidas, que vão imediatamente de uma troca entre dois indivíduos momentaneamente isolados às especificidades do modo de produção no qual estas trocas são operadas:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. Mas, essa utilidade não é algo etéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existem através delas. [...]

Na forma da sociedade que vamos estudar, os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os *veículos materiais do valor-de-troca* [...] [que] revela-se *de início* na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor-de-troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor de troca inerente, imanente à mercadoria (Marx, 1989b, p. 42-43).

A observação atenta, a análise cuidadosa, possibilita reconhecer as múltiplas determinações dessa relação, e neste processo, no seio destas múltiplas determinações, novas abstrações são momentaneamente necessárias a fim de localizar o traço determinante, próprio das relações de produção que definem o capitalismo:

[...] Vejamos a coisa mais de perto.

Qualquer mercadoria se troca por outras, nas mais diversas proporções, por exemplo, um quarter de trigo por x de graxa, ou por y de seda ou z de ouro etc. Ao invés de um só o trigo tem, portanto, muitos valores-de-troca. Mas, uma vez que cada um dos itens, separadamente [...] é o valor-de-troca de um quarter de trigo, devem [...] como valores-de-troca, ser permutáveis e iguais entre si. Daí se deduz, primeiro, os valores-de-troca vigentes da mesma mercadoria expressam, todos um significado igual; segundo: o valor-de-troca só pode ser a maneira de expressa-se, a forma de manifestação de uma substância que dele se pode distinguir.

Tomemos duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja a proporção em que se troquem, é possível sempre expressá-la com uma igualdade em que dada quantidade de trigo se iguala a alguma quantidade de ferro [...]. O que significa esta igualdade? Que algo comum, com a mesma grandeza, existe em duas coisas diferentes [...]. As duas coisas são, portanto, iguais a uma terceira que por sua vez delas difere. Cada uma das duas, como valores-de-troca, é redutível, necessariamente, a essa terceira.[...]

[...] têm os valores-de-troca de ser redutíveis a uma coisa comum, da qual representam uma quantidade maior ou menor (Marx, 1989b, p. 43-44).

A análise possibilita reconhecer um fio condutor por dentro das relações de troca, que opera como determinação predominante nesta relação: a troca só é possível porque ambas as mercadorias portam uma coisa comum que possibilita a relação de igualdade – ambas portam uma quantidade determinada de horas de esforço físico para a sua produção:

Essa coisa comum não pode ser uma propriedade das mercadorias, geométrica, física, química ou de qualquer outra natureza. As propriedades materiais só interessam pela utilidade que dão às mercadorias, por fazerem delas valores de uso. Põem-se de lado os valores-de-uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas. É o que evidentemente caracteriza esta relação. Nela, um valor de uso vale tanto quanto outro, quando está presente na proporção adequada. [...]

[...] Como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores-de-troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso.

Se prescindirmos do valor-de-uso das mercadorias, só lhes resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas então, o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor-de-uso. Ele não é mais mesa, casa, fio, ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais. Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos nele corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato.

[...] Vejamos o que é este resíduo dos produtos do trabalho. Nada neles resta a não ser a mesma objetividade impalpável, a massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio de forma de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi despendido. Esses produtos passam a representar apenas a força-de-trabalho humana, gasta em sua produção, o trabalho humano que neles se armazena. Como configurações desta substância social que lhes é comum, são valores, valores mercadorias (Marx, 1989b, p. 42-45).

O trabalho concreto é a atividade especializada que associada à natureza da matéria sobre a qual é empregada, realiza a produção de um valor de uso determinado. O trabalhador fiou e o produto do seu trabalho é um fio (Marx, 1989b, p. 205). O trabalhador teceu e o produto do seu trabalho é um tecido (Marx, 1989b, p. 44-45; p. 205). A compreensão de “trabalho concreto” assoma explicitada: “[...] sabemos concretamente de algo, quando somos capazes de dar conta da totalidade das determinações que o fazem ser aquilo que é” (Barata-Moura, 2016, p. 339).

No processo de análise de Marx opera-se exatamente aquele exercício em que, das múltiplas determinações do trabalho concreto, assoma o “trabalho abstrato”, naquele movimento de “[...] reter, e fixar, apenas alguma determinação, ou algumas das determinações, de que se reveste (deixando de lado as demais)” (Barata-Moura, 2016, p. 336-341). Todas as múltiplas determinações daquilo que é a mercadoria (meio de satisfação de necessidades, valor-de-uso determinado por suas propriedades, valor-de-troca, veículo de

valor (Marx, 1989b, p. 55) são momentaneamente deixadas de lado para chegar a uma propriedade fundamental às relações de produção capitalistas: as mercadorias transportam nelas “[...] o trabalho humano que nelas se armazena” (Marx, 1989b, p. 42-44), são valores.

Um valor-de-uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato. Como medir a *grandeza* do seu valor? Por meio da quantidade da “substância criadora de valor” nele contida, o trabalho. A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações do tempo, como hora, dia etc. (Marx, 1989b, p. 42-45, grifo nosso).

É no seio dessas mesmas relações que se desenvolve o trabalho do professor.

Do professor abstrato ao professor concreto – membro da classe trabalhadora com a função de produção de força de trabalho (uma mercadoria determinada que possui potencialmente a capacidade de produzir valor) e produtor direto de mais valia

Sobre a função social da educação nas relações de produção capitalistas, tomemos esta longa citação, retirada do capítulo IV de *O Capital*, que traz por título “Como o dinheiro se transforma em capital”. Na passagem em questão, Marx está detalhando o processo de compra e venda da força de trabalho, trabalhando para explicar a força de trabalho, ela também, como uma mercadoria que passou por um processo de produção e, portanto, porta valor (trabalho acumulado passado nela cristalizado). Novamente, as múltiplas determinações daquilo que é a força de trabalho vão sendo debulhadas em suas relações, de modo a evidenciar a determinação primeira de que para atuar como força de trabalho, antes de tudo, é necessário produzir-se e reproduzir-se como força de trabalho:

O valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, a sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela corporificado. Não é mais do que a aptidão do indivíduo vivo. A produção dela supõe a existência deste. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. Para manter-se precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de existência necessários à manutenção do seu possuidor. A força de trabalho só se torna realidade com seu exercício, só se põe em ação no trabalho. Através da sua ação, o trabalho, depende-se determinada quantidade de músculos, de nervos, de cérebro, etc., que se tem de renovar. Ao aumentar esse dispêndio torna-se necessário aumentar a remuneração. Depois de ter trabalhado hoje, é mister que o proprietário da força de trabalho possa repetir amanhã a mesma atividade sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve ser, portanto, suficiente para mantê-lo no nível da vida normal do trabalhador. As próprias necessidades naturais de alimentação, roupa, aquecimento, habitação etc. variam de acordo com as condições climáticas e de outra natureza de cada país. Demais, a

extensão das chamadas necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares. Um elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força de trabalho, o que a distingue das outras mercadorias. Mas, para um país determinado, num período determinado, é dada a quantidade média dos meios de subsistência necessários.

O proprietário da força de trabalho é mortal. Se tem de aparecer continuamente no mercado, conforme pressupõe a continua transformação de dinheiro em capital, o vendedor da força de trabalho tem de perpetuar-se, “como todo ser vivo se perpetua, através da procriação”. As forças de trabalho retiradas do mercado por desgaste ou por morte têm de ser incessantemente substituídas pelo menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui também os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, os seus filhos, de modo que se perpetue no mercado essa raça peculiar de possuidores de mercadorias (Marx, 1989b, p. 191-192).

Esse processo de produção inclui a educação, o treino, a formação para atuar direta e intencionalmente na direção da obtenção de um produto determinado. A constituição da força de trabalho como um valor de uso particular, que nas trocas, também apresenta a particularidade determinante de portar valor, ou seja, de ser fruto de trabalho acumulado passado, no processo de sua produção, carece de forma determinante, da qualificação:

A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação ou treino que custa uma soma maior ou menor de valores em mercadorias. Esta soma varia e acordo com o nível de qualificação da força de trabalho. Os custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram, portanto, no total de valores despendidos para sua produção (Marx, 1989b, p. 192).

Como qualquer outra mercadoria, a produção da força de trabalho exige uma complexa rede de determinações interligadas que definem em última instância o seu valor:

O valor da força de trabalho reduz-se ao valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Varia, portanto, com o valor desses meios de subsistência, ou seja, com a magnitude do tempo de trabalho exigido para sua produção.

Uma parte dos meios de subsistência, como alimentos e combustível, são consumidos diariamente e têm de ser substituídos diariamente. Outros, como roupas e móveis, duram mais tempo e só têm de ser substituídos em intervalos mais longos. Segundo a espécie, compram-se ou pagam-se mercadorias diariamente, por semana, por trimestre etc. Como quer que se distribua durante um ano, por exemplo, a soma dessas despesas, deve ela ser coberta pela receita média diária. [...] Esta quantidade de trabalho exigida para sua produção diária constitui o valor por dia da força de trabalho diariamente reproduzida. [...]

O limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é determinado pelo valor da quantidade diária de mercadorias indispensável para que o portador da força de trabalho, o ser humano, possa continuar vivendo, ou seja, pelos meios de subsistência fisicamente imprescindíveis. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, baixa também seu valor, e ela só pode vegetar e atrofiar-se. Mas o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para que seja fornecida de acordo com sua qualidade normal.

É sentimentalismo barato considerar brutal esse método de determinar o valor da força de trabalho, método que decorre da natureza do fenômeno (Marx, 1989b, p. 192-193).

É exatamente esta teoria do valor que possibilita reconhecer a diferença entre o valor que a força de trabalho cria e o valor que ela recebe na forma de salário. Sem sucumbir ao “sentimentalismo barato” Marx evidencia:

A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação ou treino que custa uma soma maior ou menor de valores em mercadorias. Esta soma varia de acordo com o nível de qualificação da força de trabalho. Os custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram, portanto, no total de valores despendidos para sua produção (Marx, 1989b, p. 192).

É sob essa perspectiva que afirmamos como *determinação particular do trabalho dos professores nas relações de produção capitalistas* o fato de serem *uma parte particular da força de trabalho* que (a) contribui na formação de uma mercadoria muito particular das relações de produção capitalistas, que possui a propriedade, uma vez empregada a força de trabalho, uma vez tornada ação, de produzir valor e mais valor, tornando-se finalmente trabalhador produtivo; e (b) participar eles mesmos, como força de trabalho com o valor de uso particular de produzir força de trabalho qualificada, diretamente e indiretamente, do processo de produção da *mais valia* (Peixoto, 2023a e 2023b).

Explica Marx:

Enquanto o processo de trabalho é puramente individual, um único trabalhador exerce todas as funções que mais tarde se dissociam. Ao apropriar-se individualmente de objetos naturais para prover sua vida, é ele quem controla a si mesmo; mais tarde, ficará sob controle de outrem. O homem isolado não pode atuar sobre a natureza, sem pôr em ação seus músculos sob controle do seu cérebro. Fisiologicamente, cabeça e mãos são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e o das mãos. Mais tarde se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários. O produto deixa de ser resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sob que incide o trabalho. A conceituação do trabalho produtivo e de seu executor, o trabalhador produtivo, amplia-se em virtude desse caráter cooperativo do processo de trabalho. Para trabalhar produtivamente *não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionárias*. A conceituação anterior de trabalho produtivo, derivada da natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo considerado em conjunto. *Mas não se aplica mais a cada um dos seus membros individualmente considerados*. Ademais, restringe-se o conceito de trabalho produtivo. A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O

trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este inverta seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de fazer salsicha, nada modifica a situação. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais valia. Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar (Marx, 1989b, p. 584).

Das determinações da forma do trabalho nas relações de produção capitalistas abre-se a necessidade de considerar também a força de trabalho professor, como trabalho produtivo, na medida em que o professor participa (pela educação e ensino) da produção da força-de-trabalho em geral, e na medida em que o seu trabalho particular é “*órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionárias*” (Marx, 1989b, p. 584), cumprindo-se, entretanto, aquele critério de que para ser produtivo o trabalho contribua no processo de produção de “*mais valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital*” (Marx, 1989b, p. 584). As implicações decorrentes destes critérios definidores do trabalho produtivo nos obrigam a pensar contraditoriamente a participação do trabalho dos professores no processo de produção da mais valia (como parte do processo de produção da força-de-trabalho quando esta é efetivamente empregada para a produção de mais valia), ao mesmo tempo, os processos de extenso desemprego evidenciam que o capital está cada vez mais estrangulando os processos de extração de mais valia sobre menor quantidade de força-de-trabalho e a partir de trabalho simples. Nesse sentido, parece relevante investigar as tendências de transformação no trabalho dos professores em decorrência das transformações nas forças produtivas e nas relações de produção que se acirram no século XXI.

A análise das múltiplas determinações da forma de ser professor nas relações de produção capitalistas, associadas a estas reflexões de Marx, abre a necessidade de investigar, em cada ramo da *cadeia produtiva de força de trabalho* (o diverso Sistema Nacional de Educação (PEIXOTO, 2023a), a possibilidade de o professor concreto ser, ao mesmo tempo, um membro da classe trabalhadora com (i) a função social direta de produção de força de trabalho (uma mercadoria determinada que porta valor, ou seja, materializa, cristaliza trabalho acumulado passado) e (ii) com a função social de produtor direto de mais valia (ou seja, durante o processo de produção de força de trabalho – entre outras funções – entrega

ao capitalista mais trabalho do que recebe por ele, tornando-se produtor de mais valia para o capitalista, “servindo assim à autoexpansão do capital”).

É por essa razão que afirmamos que no destino traçado pelo capitalista para a classe trabalhadora encontra-se o destino dos professores (PEIXOTO, 2023a; PEIXOTO, 2023b). Não é possível compreender as profundas transformações nas políticas educacionais sem um cuidadoso acompanhamento das transformações na demanda por força de trabalho que se processa nos últimos 50 anos. Esta é a determinante primeira das transformações nas políticas de formação dos professores, assim como nas políticas para a sua empregabilidade.

Considerações finais

A exigência de uma formação de professores com verdade porta operar esta distinção entre o trabalho do professor tomado em abstrato (separado das relações reais nas quais ele se movimenta) e o trabalho do professor tomado em concreto (uma forma particular de trabalho que se realiza em relações de produção que visam a produção de mais valia). Exige a análise das múltiplas determinações que se movem para além do professor apanhado em “abstrato” (a partir do qual definimos suas tarefas em sentido mais geral, acima da história enquanto desenvolvimento de forças produtivas e relações de produção que permanecem em movimento). Reconhecer a realidade do trabalho dos professores exige reconhecer “[...] um imbricado processo de deveniências materiais em continuado movimento endógeno de refiguração” (Barata-Moura, 2016, p. 340). O apanhar do *verdadeiro* exige “[...] englobar [...] uma *totalidade* de determinações, colhidas na sua multiplicidade sincrónica e na unidade das suas diacronias” (Barata-Moura, 2016, p. 341, grifo nosso).

Ao trabalhar com o “professor abstrato”, operamos a partir daquela noção em que “[...] *abstrair alguma coisa* corresponde a reter, e a fixar, apenas alguma determinação, ou algumas das determinações, de que se reveste (deixando de lado as demais)” (Barata-Moura, 2016, p. 339, grifos do autor). Reconhecido que este movimento foi fundamental para nortear a formação de professores, é necessário, admitindo que a realidade se moveu vertiginosamente, reconhecer e retomar as outras determinações, as formas históricas que definem aquilo que é o trabalho educativo empreendido pelos professores.

Esse movimento, entretanto, não elimina a tarefa de, para efeito de estudo “[...] reter, e a fixar, apenas alguma determinação, ou algumas das determinações, de que se reveste

(deixando de lado as demais)” (Barata-Moura, 2016, p. 339). No método da economia política, reconhecer o “trabalho abstrato” nas relações de produção capitalistas (o trabalho de criação do valor) exige a apreensão das formas concretas em que ele se efetiva, ou seja: “[...] dar conta da *totalidade* das determinações que o fazem ser aquilo que é” (Barata-Moura, 2016, p. 339, grifos do autor).

Há uma dimensão do trabalho dos professores – a participação na criação e realização do valor – que não pode ser resolvida na abstração que trata o papel do professor de forma universal e generalizada, mas carece do reconhecimento de que esta forma de trabalho não pode ocorrer, nas relações de produção capitalistas, fora da determinação de que estas relações de produção visam a extração de mais valia. O trabalho dos professoresⁱ constitui também aquela “[...] massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio de forma de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi despendido” (Marx, 1989b, p. 42-45), da qual a classe dos capitalistas extrai mais valor. Carecemos compreender, também, aqui, no trabalho dos professores, o problema da sua produtividadeⁱⁱ no sentido dos interesses próprios do capitalismo como uma relação de produção contínua de mais valorⁱⁱⁱ. Nessa direção, constituem avanços as investigações que analisam o estágio de desenvolvimento da exploração do trabalho dos professores na formação social brasileira (Silva; Mota, 2019; Gomes, Leher, Costa, 2020), mas ainda são tímidas as incursões que aprofundam o processo de extração de mais valia sobre a força-de-trabalho professor, a nosso ver, excessivamente cuidadosa acerca da precisão daquilo que é o trabalho produtivo. Entendemos que a questão avança, tomando-se dois movimentos significativos: na análise de Marx (1989b, p.584) “[...] *é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto expansão do capital*” (grifos nossos); na formação social brasileira, o movimento de tornar produtivo o trabalho dos professores se realiza com o crescente processo de expansão de privatização, mercadorização e financeirização da educação.

Compreendemos que viabilizar o mapeamento de “desafios para a formação dos professores” exige o reconhecimento do *trabalho concreto* dos professores nas múltiplas formas em que aparece na divisão social do trabalho educativo, na forma como se opera no sistema nacional de educação realmente existente na formação social brasileira. É na forma do *trabalho concreto* existente nos diferentes ramos da divisão social do trabalho educativo própria da formação social brasileira, na qual o professor opera, que os desafios da atuação (e da formação) docente efetivamente surgem. Na procura das múltiplas determinações que compõem o modo de ser do trabalho dos professores nos diferentes campos de trabalho existentes na formação social brasileira, vamos chegar ao *trabalho pedagógico concreto*. Entre

estas múltiplas determinações, é fundamental reconhecer, nas relações de produção capitalistas, nesta fase de capital financeiro, o trabalho dos professores como *produtores de valor de uso* (a força de trabalho informada sobre os processos de trabalho e a vida em sociedade por ramo de produção na forma como se estrutura no sistema educacional brasileiro), de *valor* (a quantidade de trabalho dos professores que se cristaliza no processo de formação da classe trabalhadora) e de *mais valor* (a quantidade de horas de trabalho não pagas que são cristalizadas no processo da formação da força-de-trabalho em diferentes ramos de produção).

Referências

BARATA-MOURA, J. **As teses das “Teses”** – para um exercício de leitura. Lisboa: Editorial “Avante!”, 2018.

BARATA-MOURA, J. **Ontologia e política: estudos em torno de Marx – II**. Lisboa: Editorial “Avante!”, 2016.

BARATA-MOURA, J. **Prática: para uma aclaração do seu sentido como categoria filosófica**. Lisboa: Colibri, 1994.

ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e a saída da filosofia alemã clássica**. Lisboa: Editorial “Avante!”, 2019.

ENGELS, F. **O desenvolvimento do socialismo da utopia à ciência**. Lisboa: Editorial “Avante!”, 2018.

GOMES, T. A. M. de M; LEHER, R.; COSTA, H. B. O trabalho docente em grupos empresariais de ensino superior e o mercado de ações na bolsa de valores: um estudo a partir de conflitos. **Arquivos analíticos de políticas educativas**, v. 28, n. 8, p. 1-23, jan. 2020.

LEONTIEV, A. O homem e a cultura. In: LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004. p. 279-302.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MARX, K. O trabalho alienado. In: FERNANDES, F. **Marx e Engels – história**. São Paulo: Ática, 1989a. p. 146-181.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Volume I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989b.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Volume II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989c.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEIXOTO, E. M. de M. (2023a). Concentração de forças produtivas, luta de classes e impossibilidade de um “sistema nacional de educação” unitário. **Revista Trabalho Necessário**, 21(44), 01-24. <https://doi.org/10.22409/tn.v21i44.56127>

PEIXOTO, E. M. de M. Formação de professores em cenário de incertezas: subjetivações para (re)existências. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e023035, 2023a. DOI: 10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2346. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/2346>. Acesso em: 24 jun. 2023b.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e a especificidade da educação. In: SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 11-13.

SILVA, A. M.; MOTTA, V. C. O precariado professoral e as tendências de precarização que atingem os docentes do setor público. **Roteiro**, Joaçaba, v. 44, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2019.

Notas

ⁱ Para Marx (1989b, p.49) no “[...] conjunto formado pelos valores-de-uso diferentes ou pelas mercadorias materialmente distintas, manifesta-se um conjunto correspondente dos trabalhos úteis diversos, classificáveis por ordem, gênero, espécie, subespécie e variedade, – a divisão social do trabalho. Ela é a condição para que exista a produção de mercadorias [...] Só se contrapõem, como mercadorias, produtos de trabalhos privados e autônomos, independentes entre si”. A primeira noção de trabalho produtivo é então formulada: “[...] o valor de uso de cada mercadoria representa *determinada atividade produtiva* subordinada a um fim, isto é, trabalho útil particular. Valores de uso não podem se por como mercadorias, quando neles não estão inseridos trabalhos úteis qualitativamente distintos. Numa sociedade, cujos produtos assumem, geralmente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, – essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados, independentemente uns dos outros, como negócio particular de produtores autônomos, leva a que se desenvolva um sistema complexo, uma divisão social do trabalho” (Marx, 1989b, p. 49).

ⁱⁱ “A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, entre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção, e as condições naturais [...]. Generalizando: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor seu valor. Inversamente, quanto menor a produtividade do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para produzir um artigo e tanto maior seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade, e na inversa da produtividade, do trabalho que nela se aplica” (Marx, 1989b, p. 46-47). “Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor-de-uso social. [...] O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio de troca. Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor se não é objeto útil. Se não é útil, tampouco o será o trabalho nela contido, o qual não conta como trabalho e, por isso, não cria nenhum valor” (Marx, 1989b, p. 47-48). “Produtividade é sempre produtividade de trabalho concreto, útil, e apenas define o grau de eficácia da atividade produtiva, adequada a certo fim, em

dado espaço de tempo. O trabalho útil torna-se, por isso, uma fonte mais ou menos abundante de produtos na razão direta da elevação ou da queda de sua produtividade” (Marx, 1989b, p. 53).

ⁱⁱⁱ “Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais valia)” (Marx, 1989b, p. 210-211).

Sobre a autora

Elza Margarida de Mendonça Peixoto

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP. Professora da Faculdade de Educação da UFBA. Endereço eletrônico: elza.peixoto@ufba.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4430-241X>

Recebido em: 01/11/2023

Aceito para publicação em: 28/11/2023